

PORTUGUÊS EUROPEU E MUNDIAL NA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO

Um Presente do Passado para o Futuro

Helena Anacleto-Matias

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico do Porto, Portugal

A língua portuguesa é uma das línguas mais faladas a nível mundial em termos de número de falantes nativos, se tivermos em consideração todas as Nações cuja língua oficial é o Português e as Comunidades Lusas espalhadas pelo mundo. Há muitas traduções e interpretações para a nossa língua, tendo em conta todas as instituições e organizações internacionais em que o Português é uma língua oficial ou, pelo menos, uma língua de trabalho.

Baseada na experiência de formadora de tradutores e intérpretes durante sete anos em Portugal e na minha própria experiência enquanto intérprete nas Instituições Europeias, bem como com base na leitura atenta de autores interessados no Multiculturalismo e a importância do Português na Europa e no Mundo, chamo a atenção para algumas das problemáticas daí decorrentes, como por exemplo a importância do Português como *lingua franca* e como ponte de ligação entre culturas.

Partilho algumas preocupações quanto à formação de tradutores e intérpretes cuja língua materna é o Português ou, pelo menos, que têm Português na sua combinação linguística. Algumas estratégias relativas ao treino desses "mediadores linguísticos de culturas" são apontadas, assim como os desafios europeus e mundiais que se colocam ao ensino da tradução e particularmente da interpretação.

1. Introdução: a Língua Portuguesa e uma Formulação de Hipótese

Neste artigo, examino sumariamente a problemática das relações entre nações europeias diferentes, e defino como se articula o Português no contexto da União Europeia. Baseada na observação dos factos, proponho a seguinte questão de investigação: Será que o Português Europeu e Mundial é um presente do passado para o futuro no que toca à tradução, particularmente na interpretação? Para responder a esta pergunta de pesquisa, apresento algumas hipóteses, sugerindo que a Língua Portuguesa tem importância no Multiculturalismo, na Comunicação, como língua oficial e de trabalho, como língua franca e ponte de ligação entre culturas. Julgo que com 27 nações diferentes juntas, a Europa está a enfrentar novos desafios em termos de integração. Isto é, a União Europeia, onde há a necessidade de responder com uma única voz às solicitações globais tais como a cooperação com os países em desenvolvimento ou dar resposta a outras superpotências necessita de elementos realmente integrados. O respeito e a tolerância em relação a cada nação são fundamentais. Em segundo lugar, examino sumariamente a situação do Português como língua internacional e o impacto que isso tem no ensino/aprendizagem da interpretação, especialmente entre os bilingues. Examino também as noções de Cultura e Bilinguismo.

O Português Mundial

A Língua Portuguesa tem uma dimensão universal porquanto muitas instituições internacionais a utilizam como língua oficial e/ou de trabalho. As nações lusófonas têm, no entanto, inclinações próprias, pois são estados independentes e soberanos. Como o Professor Adriano Moreira observou, "Portugal pertence à União (política) Europeia, Cabo Verde, Guiné e São Tomé são atraídos para a área do franco, Angola ficará abrangida no espaço liderado pela África do Sul, Moçambique entrou para a Comunidade Britânica, e o Brasil dinamiza o Mercosul" (2001:19). Mas todos nós, conjuntamente com Timor, pertencemos à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Na sua Declaração Constitutiva,

os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, reunidos em Lisboa, no dia 17 de Julho de 1996, e considerando os bons resultados das reuniões de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Externas dos Países de Língua Portuguesa, realizadas em Brasília em 9 de Fevereiro de 1994, em Lisboa em 19 de Julho de 1995, e em Maputo em 18 de Abril de 1996, bem como dos seus encontros à margem das 48ª, 49ª e 50ª Sessões da Assembleia-Geral das Nações Unidas, reafirmaram que a Língua Portuguesa:

“• Constitui, entre os respectivos Povos, um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada;

• É um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista;

• É igualmente, no plano mundial, fundamento de uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente;

• Tende a ser, pela sua expansão, um instrumento de comunicação e de trabalho nas organizações internacionais e permite a cada um dos Países, no contexto regional próprio, ser o intérprete de interesses e aspirações que a todos são comuns.” Queriam, assim “Incrementar o intercâmbio cultural e a difusão da criação intelectual e artística no espaço da Língua Portuguesa, utilizando todos os meios de comunicação e os mecanismos internacionais de cooperação;

• Envidar esforços no sentido do estabelecimento em alguns Países-Membros de formas concretas de cooperação entre a Língua Portuguesa e outras línguas nacionais nos domínios da investigação e da sua valorização;

(...)• Dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos sectores da investigação científica e tecnológica com vista a uma crescente valorização dos seus recursos humanos e naturais, bem como promover e reforçar as políticas de formação de quadros;

(...)• Promover medidas, particularmente no domínio pedagógico e judicial, visando a total erradicação do racismo, da discriminação racial e da xenofobia”. Foi nessa altura que decidiram constituir a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Esta Declaração Constitutiva foi ratificada pela República de Angola a 28 de Julho de 1997; a República Federativa do Brasil ratificou a 25 de Março de 1997 e depositou no Secretariado Executivo a 5 de Maio de 1998; a República de Cabo Verde ratificou a 7 de Março de 1997 e depositou no Secretariado Executivo a 19 de Junho de 1998; a República da Guiné-Bissau ratificou a 8 de Maio de 1997 e a República de Moçambique ratificou a 1 de Julho de 1997. A República Portuguesa ratificou a 8 de Julho de 1997 e depositou no Secretariado Executivo a 31 de Julho de 1998. A República Democrática de São Tomé e Príncipe ratificou a 28 de Outubro de 1997 e mais tarde Timor-Leste aderiu em 1 de Agosto de 2002. Mas além da CPLP existem outras instâncias internacionais que visam a defesa da Língua Portuguesa como património mundial. A Associação das Universidade de Língua Portuguesa (AULP) é uma Organização Não Governamental, fundada em 1986 na cidade da Praia, Cabo Verde, com a sua sede em Lisboa, que visa promover a cooperação entre as Universidades e Instituições de Ensino e Investigação de nível superior que dela sejam membros. O objectivo principal é a salvaguarda e o desenvolvimento da língua comum: o Português. Tem como actividades específicas, as seguintes:

• “Promover projectos de investigação científica e tecnológica, estimulando o conhecimento da realidade e o desenvolvimento de cada um dos países;

• Incrementar o intercâmbio de docentes, investigadores, estudantes e técnicos;

• Estimular acordos bilaterais entre as diversas instituições, com particular destaque para o reconhecimento mútuo de habilitações literárias e graus académicos e científicos;

- Fomentar a reflexão sobre o papel da Educação Superior;
- Apoiar a criação de novas estruturas de ensino e de investigação”.

A AULP tem desenvolvido diversos projectos que, de forma geral, podem ser identificados por: *Projecto Intercâmbio*, *Projecto Formação Avançada*, *Projecto Publicações* e *Projecto Encontros* destinados a abordar problemas da Língua e do Desenvolvimento dos Países de Língua Oficial Portuguesa.

Também há instituições internacionais que figuram na Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais e que desenvolvem a defesa do Português como Língua Mundial: a Missão Permanente de Portugal junto das Organizações Internacionais em Viena, a OIM – Organização Internacional para as Migrações – Missão em Portugal, na ONU – Organização das Nações Unidas, há a Secção das Organizações Não Governamentais do departamento de informação pública, a Missão Permanente de Portugal junto da Organização das Nações Unidas, a Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO, a Missão Permanente junto dos Organismos e Organizações Internacionais em Genebra e do Departamento Europeu das Nações Unidas e a UCCLA – União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas e certamente outras instituições ainda.

A Língua Portuguesa tem lutado pelo seu reconhecimento em variadas instituições internacionais, como por exemplo, na Organização Internacional do Trabalho. Os PALOP aderiram à OIT na segunda metade dos anos 70, imediatamente após as respectivas independências. Na orgânica da OIT, estes cinco novos Estados-Membros (e, mais tarde, *Timor Lorosae*) ficaram cobertos pela rede de Escritórios que em África (e na Ásia) tinham, naturalmente, sido instalados em países francófonos ou anglófonos após o grande movimento de descolonização dos anos 50 e 60. Mas não sendo o Português uma língua oficial do sistema das Nações Unidas, a documentação produzida só muito raramente era traduzida para português. Por outro lado, a capacidade de intervenção dos delegados lusófonos nas grandes Conferências e reuniões técnicas da Organização era muitas vezes limitada por problemas linguísticos. A partir de meados dos anos 90, começaram a surgir alguns sinais animadores de emancipação do Português na OIT. A partir da adesão de Timor-Leste independente à CPLP passámos a constituir-nos num grupo linguístico de mais de 250 milhões de falantes, reunindo oito países. O papel da língua portuguesa saiu igualmente valorizado através de um importante acordo com Portugal sobre a utilização do Português como língua de trabalho da Conferência da OIT. Nesse quadro, o Português passou, a partir de 2000, a ser língua de trabalho (passiva) quer nas comissões quer nas sessões plenárias da Conferência na qual participam mais de uma centena de delegados lusófonos.

O Português Europeu

Segundo afirmam Manuela Silva e Heloísa Perista, “não é uma fatalidade para Portugal continuar a ser, ao longo dos próximos anos, uma periferia sub-desenvolvida da Europa” (1995:10). Portugal pode ser um parceiro activo na defesa da Língua Portuguesa como factor importante: pode haver a afirmação da língua portuguesa como instrumento aglutinador e gerador de consenso a uma escala global, havendo a promoção da cultura portuguesa como factor de uma mais-valia nacional, havendo um reforço possível das relações privilegiadas com os PALOP e Timor-Leste com a finalidade de alcançar uma cooperação para o desenvolvimento contribuindo para a paz e a segurança internacional, prevenção dos conflitos, redução da pobreza e inserção destes países na economia global, reforço da posição da CPLP no quadro das organizações regionais e multilaterais, designadamente através de iniciativas quanto à cooperação Norte-Sul, pode haver maior participação de Portugal no comércio e investimentos globais, nomeadamente através do reforço das relações com as regiões mais dinâmicas e inovadoras da economia mundial, pode haver um aumento do papel produtivo das comunidades lusas, incluindo nos

domínios da ciência e tecnologia, valorizando assim a imagem de Portugal e dos respectivos produtos junto dos países de acolhimento. De facto, Portugal pode apostar no envolvimento da população e das instituições nacionais na construção europeia. Para além de tudo isto, há a considerar a dimensão de língua oficial nas instituições da União Europeia, e apesar de o Português não ser ocasionalmente língua de trabalho na Comissão Europeia, é-o sempre no Parlamento Europeu, pois os Deputados expressam-se na sua língua e têm a apoiá-los grandes equipas de tradutores e intérpretes de língua materna também portuguesa.

2. Importância da Língua Portuguesa: Multiculturalismo(s) e Comunicação

Fred E. Jandt (2003, a) faz a distinção entre diversas perspectivas para definir “cultura”, a saber: a *perspectiva histórica* – neste sentido, a cultura é o conjunto das tradições que são passadas às gerações futuras. Se nós adoptarmos a *perspectiva behaviourista*, a cultura será a maneira adquirida e partilhada de se comportar na vida; por um lado, se nós preferirmos a *perspectiva simbólica*, definiremos a cultura como forma arbitrária dos sentidos simbólicos que uma sociedade convencionou e que segue. Mas se nós preferirmos a *definição estrutural*, a cultura, então, pode ser o conjunto dos padrões, as ideias, os símbolos ou os comportamentos relacionados com um grupo ou povo. Finalmente, para a *perspectiva normativa*, a cultura é tudo aquilo que deve ser adoptado como ideal, os valores e regras de conduta em sociedade. Na presente instância, considerarei *cultura* num contexto alargado, isto é, cultura será tudo o que é aprendido para comunicar em sociedade.

Comunicar é partilhar valores, ideias, *Weltanschauungen*, como os alemães dizem. A comunicação é usada para uma compreensão melhor dentro de uma sociedade, entre povos, nações e civilizações. Mas uma comunicação eficaz pode somente ocorrer quando há uma base comum, um relacionamento com empatia ou, pelo menos, simpatia. Uma comunicação ineficaz pode ser a causa e a consequência simultaneamente de divergências e conflitos entre indivíduos e grupos. Além disso, para Sylvia Vlaeminck, “a comunicação não é só usar as mesmas palavras, sobretudo pretende-se que ver-se a compreensão e o respeito pelas outras culturas, os seus valores e costumes ” (2003, minha tradução do inglês). Concordo completamente com esta afirmação.

Ainda de acordo com Jandt (2003, b), *uma comunicação intercultural* “ está relacionada não só com a comunicação entre indivíduos, mas também com a comunicação entre grupos.” No *bestseller* de Tom R. Reid, indica-se que “a Europa é hoje um lugar mais integrado do que em qualquer altura desde o Império Romano” (2005, minha tradução do inglês). A Europa é hoje uma amálgama de países diferentes, mas na diversidade há, no entanto, unidade. O lema da União Europeia é, de facto, *Unidade na Diversidade*.

Eu defendo o princípio que advoga uma identidade europeia, não obstante o facto que cada pessoa ou povo possa ter as suas peculiaridades. As idiosincrasias, naturalmente, são permitidas – o que torna a individualidade possível é a tolerância para com todos e o que torna a Europa interessante é, de facto, a diversidade. Uma outra nova tendência na comunicação intercultural é o caminho para a paz estável e duradoura, o que é tranquilizante, se pensarmos em todas as disputas que dilaceraram a Europa nos séculos mais recentes.

Patrick Stevenson apresentou o problema das políticas relacionadas com a integração na Alemanha e que são baseadas nos princípios que ligam o conhecimento da língua local a uma “capacidade de integração” (*Integrationsfähigkeit*): “A Lei da Imigração passou no *Bundestag* e foi ratificada pela segunda câmara, o *Bundesrat*, em Março de 2002” (2006, minha tradução do inglês). Este princípio pressupõe que os imigrantes têm de ser linguisticamente competentes no seu país de acolhimento como sinal de integração e bom relacionamento com os habitantes nacionais. Mas esta

noção leva-nos à problemática das minorias linguísticas. Entre outros, Vanessa Pupavac e Sue Wright apontaram as implicações da categoria da *minoría lingüística* (Pupavac, 2006; Wright, 2004, a). A língua é vista como uma parte essencial da identidade e da auto-estima de uma comunidade e separar comunidades linguísticas diferentes pode conduzir a divisões e a conflitos étnicos assim como à exclusão social com a “*ghettoização*”. Os estados devem manter as línguas das minorias protegidas e também as suas comunidades, mas esta pode também ser uma causa para a discriminação com base na língua. Para Sue Wright, “é difícil ver como o multilinguismo pode ser apresentado como positivo ao nível da comunidade, como um sinal de vitalidade, diversidade e criatividade, mas a nível nacional é desagregador, economicamente desvantajoso e limitativo” (2004, a), minha tradução do inglês) Esta observação leva-me a comentar que a nível da União Europeia, somente os falantes que dominam a *língua do poder* podem ser ouvidos se o seu interesse for *lobbying*, por exemplo... Mas todos têm o direito de ver a sua língua reconhecida, de um ponto de vista legal, pelo menos. Por outro lado, na prática, é verdade que só os mais aptos para se expressarem na língua do poder têm melhores possibilidades de serem ouvidos.

O Português como Língua Oficial e de Trabalho

Existe a noção universalmente aceite que defende a não-discriminação baseada no emprego da língua. De facto, não é só a Carta das Nações Unidas, no seu Artigo 13, que assim o recomenda; também a Declaração Universal dos Direitos Humanos ou mais tarde, a Declaração sobre os Direitos de Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas ou Linguísticas quando foi adoptada a Resolução 47/135 de 18 de Dezembro de 1992 pela Assembleia Geral das Nações Unidas assim o defendem. Como Ramón Garrido Nombela e Miguel Á. Navarrete afirmaram: “Para que estes actos [actos legais] cheguem à população dos Estados-membros e sejam correctamente entendidos e aplicados, é absolutamente necessário dispor de um regime multilingue de produção dos ditos” (2004:154, minha tradução do galego). Isabel Hub de Faria, Coordenadora do Ano Europeu das Línguas – 2001, em Portugal e Presidente da AILP considerou que, apesar do Português ser falado no Mundo por cerca de 200 milhões de falantes e ser a quinta língua mais falada no Mundo “não acarreta, na prática, o estatuto devido à sua representação e visibilidade. Por exemplo, mesmo em organizações internacionais de escopo mundial, como é o caso da ONU, o Português não é língua de trabalho.” O Português tem uma dimensão linguística transcontinental, mas na Europa tem apenas uma representação de 3%. A Língua Portuguesa serve também o interesse da partilha de recursos de conhecimento, e há a necessidade de um novo perfil de Formador de Português, com especial destaque para a formação do Português como Língua estrangeira, constituindo desde já desafios para o presente e o futuro.

O Português como Língua Franca e Ponte de Ligação entre Culturas

Para entendermos o papel do Português como língua franca e ponte de ligação entre culturas é necessário reflectir um pouco sobre o papel dos meios de difusão, vulgo comunicação social. Na realidade, considero o papel da “RTPinternacional” e da “RTPÁfrica” como fundamentais quanto ao fenómeno da união e padronização da Língua Portuguesa entre as comunidades lusas e lusófonas espalhadas pelo mundo. A “SIC” tem um canal internacional desde 1997 e também é inegável o seu contributo para a divulgação da cultura portuguesa e para a união na Lusofonia. Quanto ao fenómeno das telenovelas, poderia comentar mais detalhadamente quanto à qualidade (literária por vezes duvidosa), mas prefiro afirmar a sua importância no estabelecimento de uma interlíngua própria, partilhada pelos espectadores que assistem à difusão das mesmas telenovelas.

É interessante observar que ao longo dos tempos, e centrando-me mais agora no caso da União Europeia, línguas diferentes foram propostas para serem *lingua-franca*: considerando os primeiros estados-membros que fundaram aquela que nós hoje chamamos União, a língua mais natural para a comunicação entre os estados era o Francês.

Na sua obra *Langage, langues et mémoire*, Danica Seleskovitch, que foi intérprete de Jean Monnet, lembra que houve uma época em que aquele pai da União Europeia desejou que houvesse apenas uma língua de trabalho nas então Comunidades Europeias; mas ele também considerou que não se deveria escolher para a administração alguém só porque se expressa bem naquela língua, dever-se-ia escolher a pessoa pelas suas competências técnicas e pelas qualidades humanas, privilegiando, assim a defesa do multilinguismo por causa da necessidade de eficiência no trabalho (2002: 311).

Com o passar do tempo, o Latim foi sugerido também para se transformar na língua do Parlamento Europeu, à semelhança do que os Israelitas fizeram com a sua língua no seu país. Mas talvez porque favoreceria os falantes de Línguas Românicas em relação a outros ou porque o Latim era associado ao Estado do Vaticano e à Igreja Católica, a ideia do Latim como *lingua franca* foi esquecida. O Esperanto foi visto também como uma possível *lingua franca* global, mas porque é uma língua artificial que, mais uma vez, favoreceria os falantes de Línguas Românicas, a ideia também foi abandonada.

Com os alargamentos europeus em 2004 e em 2007, outros doze países se juntaram à União e uma tendência nova na comunicação intercultural está a ter lugar – refiro-me ao advento da Língua Inglesa que está a crescer como *lingua franca* confirmada. No seu estudo sobre línguas de trabalho na União Europeia, Victor Ginsburgh e Shlomo Weber defendem que há um multilinguismo oficial, por um lado e que por outro lado, “o aumento no conhecimento das línguas entre as gerações mais novas é realmente notável” (2005, minha tradução do inglês). Julgo que uma das maiores causas responsáveis por este fenómeno é o ensino da Língua Estrangeira (L2) com a *abordagem comunicativa*, que já provou ser um método melhor do que usar só livros de gramática ou exclusivamente a tradução de expressões na sala de aula. É interessante notar, no entanto, que mesmo que os povos sejam fluentes na L2, há a possibilidade de mal-entendidos transculturais. Às vezes, uma comunicação intercultural é mal sucedida devido aos antecedentes culturais de cada pessoa. Yumi Nixon e Peter Bull chegaram a conclusões interessantes após o seu estudo com inquiridos britânicos e japoneses (2006). Por outro lado, Kinga Williams e Rosa Aghdami propuseram o que chamaram “the Mensana model of managing migration” com um processo psicológico de cinco estágios aos quais as pessoas que migram se devem submeter, a fim de lidar saudavelmente com os choques culturais (2005).

Talvez possa parecer-vos uma euro-entusiasta demasiado optimista quanto ao ensino/aprendizagem de línguas e quanto à formação profissional como meios adequados para conseguir qualidade de vida económica, mas na realidade, e de acordo com Sylvia Vlaeminck, Chefe de unidade da política da língua na Direcção Geral da Educação e Cultura em 2003, “uns 200 projectos (seleccionados de uns 1300 projectos apresentados) foram co-financiados pela Comissão. É interessante notar que para ¾ das instituições coordenadoras foi essa a primeira ocasião de cooperar com a Comissão” (2003, minha tradução do inglês).

3. A Formação de Tradutores e/ou Intérpretes: Agentes Mediadores Linguísticos de Culturas

Mais do que só serem meros reprodutores de um texto oral ou comunicação escrita numa língua diferente, os tradutores e os intérpretes desempenham a difícil tarefa de ter de interpretar os paradigmas culturais e os símbolos civilizacionais que estão relacionados com ambas as línguas de partida e de chegada. Mais do que meros leitores, têm de ser intérpretes de duas realidades sócio-

culturais, de dois universos linguísticos e de dois contextos civilizacionais. E é devido a estes factos que a formação de tais agentes mediadores linguísticos de culturas é de extrema importância, se se quiser alcançar a excelência no trabalho de interpretação onde o Português entra na combinação linguística.

A Problemática do Bilinguismo

Talvez os professores de interpretação prefiram ensinar estudantes bilingues, porque pensam que, pelo menos, os estudantes não terão problemas nas línguas de partida e/ou de chegada. Eu diria que os problemas da língua são provavelmente o maior obstáculo para alguém se tornar num bom intérprete. O intérprete ideal não tem dificuldades de expressão em nenhuma das línguas de trabalho que está a usar. É importante compreender que se nós formos bilingues, no entanto, não significa necessariamente que seremos intérpretes melhores apenas por causa de nosso bilinguismo. Isto pode parecer estranho à primeira vista, mas o caso é que há muitas variáveis envolvidas na tarefa da interpretação que impedem que nós digamos que o bilinguismo é a condição *sine qua non* para se ser um grande intérprete de conferência. As palavras-chave aqui são, indubitavelmente os conceitos de bilingues verdadeiros e os falsos que passarei a definir. A minha hipótese vem da observação de estudantes bilingues e não-bilingues de interpretação na sala de aula. Tive treino para ser intérprete profissional de conferência quando tinha sensivelmente vinte e dois anos, fui intérprete de conferências temporária no Parlamento Europeu durante muito pouco tempo, tendo praticado ocasionalmente numa base de voluntariado desde então. Tornei-me instrutora de intérpretes de conferência em 2001. As nossas aulas envolvem a interpretação de conferência consecutiva e simultânea. O comportamento e as dificuldades dos estudantes chamaram a minha atenção para uma divisão possível entre futuros intérpretes bilingues e não-bilingues. Num mundo global multilinguista em que hoje vivemos, viajar entre fronteiras geográficas já não é um evento importante na vida de alguém, porque se tornou um acontecimento muito frequente e comum. No contexto da Europa, onde vinte e cinco países mudaram o conceito dos seus limites desde Maio de 2004, com a integração dos dez países novos na União Europeia, e mais dois em 2007, a circulação de pessoas torna-se cada vez mais comum por razões económicas, relações de negócios ou por causa do turismo. A noção que cada país tem somente uma língua com a qual se identifica uma nação já não existe nos nossos dias, porque línguas estrangeiras ou segundas línguas estão a ser ensinadas na escola e muitas línguas são faladas nas ruas de todas as grandes cidades na Europa. A migração é um facto que ninguém pode ignorar nas épocas modernas; e os emigrantes trazem os seus hábitos linguísticos com eles para o país anfitrião, para o qual se deslocam. Não é raro que numa sociedade monolíngue, a maioria das pessoas possa falar outras línguas, mesmo se o país estiver algo fechado ao contacto com o exterior. Quando uma criança nasce, a maior probabilidade é a de crescer numa família monolíngue numa sociedade multilingue. A situação mais comum é aquela em que os Pais falam a mesma língua com os seus filhos. Naturalmente que os casais de nacionalidades diferentes são muito vulgares em capitais cosmopolitas como Bruxelas, por exemplo. Particularmente no exemplo de Bélgica é muito fácil alguém transformar-se num bilingue funcional. Para mim, "um bilingue funcional" é alguém que tem duas línguas equilibradas igualmente. Isto quer dizer que os falantes conseguem funcionar bem em ambas as línguas; funcionar bem em ambas as línguas significa que as capacidades comunicativas estão desenvolvidas para sobreviver eficazmente em ambientes com as duas línguas, e no caso concreto da Bélgica, as pessoas podem ser igualmente fluentes em Francês e em Neerlandês, e consequentemente, há um equilíbrio no seu funcionamento bilingue.

Em Portugal, a situação é muito diferente: as pessoas aprendem, ouvem e falam somente o português na maior parte dos casos, e todas línguas restantes são de influência exterior. Naturalmente que o inglês é amplamente difundido devido aos meios de comunicação social e porque a sua

aprendizagem agora está a ser introduzida cada vez mais cedo nos primeiros anos de escolaridade. Em Portugal, quando alguém reivindica ser um bilingue, ou é porque viveu no estrangeiro ou porque os seus pais são emigrantes Portugueses fora de Portugal ou ainda porque são imigrantes estrangeiros a viver e/ou a trabalhar em Portugal. Quanto ao exemplo concreto do Instituto Politécnico do Porto, onde tenho ensinado desde 1993, gostaria de indicar que encontramos muitos estudantes que viveram na maior parte em França ou na Alemanha e que são, conseqüentemente, bilingues de Francês e Português ou Alemão e Português. Até agora, ainda não tive bilingues filhos de imigrantes Russos, Ucrânicos ou Chineses em Portugal. Menciono estas três nacionalidades, por constituírem a maioria dos imigrantes neste país cuja língua materna não é o Português. Não me estou a referir agora a filhos de imigrantes da Lusofonia cuja língua materna é o Crioulo e que falam geralmente Português muito bem. O estudante bilingue típico no exemplo do Instituto Politécnico do Porto, (se é que se pode falar de casos típicos, porque há sempre muitas variantes nas experiências de vida de cada pessoa) foi nado e criado por pais portugueses na Europa, particularmente na França ou na Alemanha. O que acontece neste tipo de situação é o choque imediato entre a cultura do lar e a cultura fora do lar. Não é nenhum espanto que a cultura dos pais acabe por não ser totalmente assimilada pelos filhos e não nos podemos esquecer que as sociedades exercem uma forte pressão para que a assimilação aconteça. Conseqüentemente, é comum que os pais falem aos filhos na sua língua portuguesa, e que recebam respostas dos filhos em francês ou em alemão, conforme o país de acolhimento.

O conceito de bilingues verdadeiros e de falsos bilingues vem exactamente dos contextos que eu tenho vindo a descrever. O que tenho observado durante a minha experiência como professora de interpretação é que muito raramente se encontra um bilingue verdadeiro. Geralmente, os futuros intérpretes são proficientes em determinadas áreas vocabulares e de comunicação, mas ineficazes noutras; há determinados sectores nas suas capacidades comunicativas que são restritas a uma das duas culturas e conseqüentemente, línguas. Alguns, mas poucos, são realmente muito bons em ambas as línguas. Expressam-se correctamente, conhecem bem as expressões idiomáticas em ambas as línguas, sabem interpretar bem; outros, isto é, a maioria dos bilingues com os quais eu trabalhei têm determinadas limitações. Em casos extremos, tenho visto bilingues para os quais ter tido um contacto tão próximo com ambas as línguas lhes trouxe mais problemas do que vantagens; ou seja, não são satisfatoriamente proficientes em nenhuma das duas línguas, não funcionam bem em nenhum dos mundos culturais, as suas capacidades comunicativas estão comprometidas, e como resultado, o seu treino para se tornarem bons intérpretes de conferência é muito moroso e esgotante.

Técnicas de Treino na Sala de Aula

No treino de intérpretes fazemos a diferença entre intérpretes de comunidade e intérpretes de conferência. De acordo com os objectivos profissionais dos estudantes, enfatizamos um dos dois em termos de gestão de tempo de treino na sala de aula e escolhemos os *curricula* para preparar melhor os estudantes para os seus trajectos futuros na carreira profissional.

Para mim, a interpretação de comunidade é aquela que tem a função social de ligar pessoas de línguas diferentes numa instituição. Por conseguinte, uma sessão de tribunal ou uma consulta de cuidados maternos no hospital podem ser dois casos diferentes da interpretação de comunidade. Praticamos outras formas de interpretação de comunidade, mas por exemplo, montamos um teatro onde há clientes, instituições e intérpretes. Este tipo de exercício envolve bastante os estudantes porque todos têm um papel activo e um papel no curto prazo. Os estudantes fazem a preparação da situação concreta idealizada que terão de interpretar como actores na aula, simulando a vida real como profissionais. O trabalho de grupo é incentivado fortemente e este é o lugar onde os bilingues mostram a maior parte as

suas capacidades. Pode soar especulativo e compreendo que é sempre perigoso generalizar, mas tenho observado bons desempenhos entre os bilingues nestes exercícios. Pode ser porque experimentaram nas suas vidas situações idênticas no estrangeiro quando tiveram que agir como pontes culturais entre os seus pais e as instituições do país anfitrião. A verdade é que observei que os intérpretes bilingues com o Português na sua combinação linguística se transformam nos melhores intérpretes de comunidade, mesmo se forem falsos bilingues.

Numa aula de interpretação de conferência temos basicamente dois tipos principais de treino: a interpretação consecutiva e a simultânea. Durante um discurso com interpretação consecutiva, o orador discursa durante alguns momentos, de um máximo de dois ou três a oito ou dez minutos, a seguir pára e o intérprete dá a sua versão do discurso na língua-alvo com uma duração menor. Então, o intérprete pára e o orador retoma o discurso no momento onde tiver sido interrompido. No exemplo da interpretação consecutiva, o orador e o intérprete enfrentam as mesmas plateias, e quando o orador discursa, o intérprete faz a tomada de notas. Ao contrário dos antigos estenógrafos, que aprendiam símbolos de acordo com os sons da língua e que, portanto, era baseada no registo de símbolos, abreviaturas e fonética, os futuros intérpretes anotam a relação entre as ideias. Cada discurso tem uma sequência lógica e quando falamos fazemos a parte de uma frase depender da outra como uma causa e consequência simultaneamente. Isto foi descrito pelos estudos de análise do discurso, que constituem uma fonte de inspiração para a tomada de notas na metodologia do treino de intérpretes. Recomendo sempre aos meus alunos um registo de notas estético. Aparentemente, um futuro intérprete tem que ser um bom actor e também um artista plástico. Têm que usar uma folha de papel como se fosse uma pintura; no fim de uma sequência de discurso, terão que ver no seu papel algo como uma escada em que os degraus mais elevados são as partes mais importantes das frases, os degraus mais baixos são menos importantes e no meio vemos a relação das duas partes. Escrevendo do alto para baixo da página e da esquerda para a direita, os intérpretes desenvolvem as suas notas simbólicas e pessoais. Na Europa, duas filosofias de sistemas de tomadas de notas coexistiram no tempo: os estilos colectivo e o individual. O primeiro é de inspiração socializante, onde os intérpretes eram incentivados a adoptar os mesmos símbolos para trabalharem em equipa, mas no Ocidente havia um sistema mais individualista orientado pelo sistema de competição no mercado. Desta forma, o intérprete era estimulado a desenvolver uma maneira personalizada, individual de fazer a tomada de notas. Assim, um símbolo que para alguns intérpretes possa significar algo, poderá eventualmente significar algo diferente para um outro. Entretanto, há determinados símbolos que são mais ou menos “universalmente” usados pela maioria dos intérpretes: um país é representado por um quadrado, visto que o mundo é representado por uma esfera; um “x” pode significar a guerra, um conflito, oposição, porque parece duas lanças numa batalha, a lutar; um sinal de visto pode significar que a situação é boa, o problema está resolvido, as conversações de paz foram bem sucedidas, está à vista uma solução, tudo está “OK”. Também as setas são muito úteis: se uma seta for virada para cima, significa que é bom, se para baixo, tem um significado negativo; assim, se o orador disser “a situação económica tem florescido nos dois meses passados”, por exemplo, a única coisa que o intérprete anota é uma seta que vai para cima. Se o orador disser que “o desenvolvimento das despesas não floresceu desde 2005,” a única coisa nas notas do intérprete é uma seta que vai para cima com o símbolo da negação (a palavra em inglês com duas letras “NO” ou um “X” sobre a seta). “A taxa do desenvolvimento diminuiu na década passada” pode anotar-se com somente uma seta que vai para baixo. Se, por outro lado, nós falássemos sobre “flutuações na taxa ou na percentagem do preço,” a nossa seta estaria a “flutuar,” como se fosse uma pequena serpente, indo para cima e para baixo. Se nós quisermos expressar ênfase, sublinhamos o que tomamos nota; se nós quisermos dizer “um aumento ligeiro,” por exemplo, sublinhamos intermitentemente a seta que vai para cima. As abreviaturas e os

acrónimos também constituem uma parte importante na tomada de notas para a interpretação consecutiva, porque são escritas rapidamente e podem significar uma única sequência com muitas palavras, tais como nomes de organizações, partidos, uniões, associações ou instituições. Números e datas devem imediatamente e inteiramente ser anotados, porque são esquecidos facilmente. O desenvolvimento da memória é essencial no processo do treino de um intérprete: nós temos uma memória a curto, médio e longo prazos. Quando interpretamos consecutivamente, usamos a memória a curto prazo e temos um dispositivo automático de entrada da memória que é ajudado pela tomada de notas; quando interpretamos simultaneamente, a memória de muito curto prazo está activada. Retemos geralmente na memória de curta duração não mais de cinco elementos, portanto não devemos esperar mais do que este limite antes de começar a interpretar. Mas com a ajuda das notas, os elementos que nós retemos na nossa memória aumentam substancialmente, apenas porque nós os registamos. Mesmo se nós não lêssemos as nossas notas quando repetimos o discurso do orador na língua-alvo, teríamos um desempenho melhor, apenas porque tínhamos anotado. Naturalmente a finalidade real de anotar informação sobre o discurso que está a ser feito é ajudar a memória, mas às vezes o orador fala a tal velocidade, que o intérprete tem que muito rapidamente anotar apenas os elementos mais importantes numa forma legível e de leitura fácil porque estão apresentáveis.

Danica Seleskovitch e Marianne Lederer propõem os seguintes passos na técnica de tomada de notas para a interpretação consecutiva: anotar as ideias, os termos transcodificáveis, os números, os nomes próprios, os termos técnicos, as enumerações (2002: 51-52). E mais adiante, as mesmas autoras defendem como fundamental a aprendizagem e treino da correcta utilização dos auscultadores, do volume de entrada, do microfone e da cooperação em trabalho de equipa na cabina de interpretação no que diz respeito à interpretação simultânea (2002: 164 – 166).

Os símbolos, as setas, umas palavras mais curtas em línguas diferentes, iniciais, acrónimos, mas também a maneira de nós anotarmos as relações entre dois segmentos de uma frase são muito importantes. Assim, a palavra inglesa “SO”, que é muito curta, com somente duas letras pode relacionar dois grupos da informação que são consequência uma da outra; uma cruz pequena ou uma simples vírgula adiciona simplesmente elementos da mesma ideia, tal como uma enumeração; eu expresso geralmente a ideia de “porque” com as duas iniciais “pq”. Na tomada de notas deve haver essencialmente dois critérios: a alta velocidade e a legibilidade na clareza.

Por vezes, os intérpretes futuros têm reclamações do tipo: “Eu não conseguia encontrar a palavra certa...”. De facto, por vezes há problemas em encontrar muito rapidamente palavras na língua de chegada, porque um dos códigos da combinação linguística é mais activo que o outro. Isto é, quando se trata do conhecimento passivo das línguas, são igualmente equilibrados, mas o conhecimento activo é uma história diferente – têm mais dificuldades.

Os intérpretes futuros que têm uma língua materna muito forte para a qual o discurso está a ser interpretado não encontram problemas similares. Sabem geralmente o que o orador quer dizer na língua de partida e transmitem consequentemente bem na língua de chegada, que é geralmente a sua língua materna; não há nenhuma dificuldade em encontrar as palavras certas. Vêm mais fácil e mais rapidamente às suas mentes do que no exemplo de estudantes bilingues.

4. Conclusões

Michel Perez, Inspector Geral da Educação Nacional e responsável pelo ensino do Português em França, defende o Português como língua de comunicação internacional e é um factor de unidade nacional em vastos países da África, da América ou entre as diferentes componentes de comunidades espalhadas pelo mundo.

A criação da CPLP em 1996, a Expo'98 e a consagração da língua portuguesa pelo Prémio Nobel de literatura atribuído a José Saramago são acontecimentos relativamente recentes que demonstram a vitalidade do Português.

Desafios Actuais

Segundo Michel Cahen, o ensino da língua portuguesa em África está condenado ao insucesso, se Portugal não adoptar políticas interventivas mais conscientes no que toca à ideologia do respeito pelas línguas autóctones e crioulas das diversas nações: “Uma defesa do Português bem feita deveria fomentar a alfabetização das crianças nas línguas africanas e crioulas, para ser de seguida, baseada numa aprendizagem psico-pedagógica segura. Haveria as línguas do afecto e maternas e o Português deveria ser aprendido como segunda língua” (1994: 25, minha tradução do francês). A grande batalha que se deve ganhar é a do ensino do português como língua estrangeira, um ensino que sofre de uma falta enorme de meios pedagógicos, ainda em número insuficiente ou mal adaptados às exigências específicas do ensino da língua estrangeira.

De facto, não existe nos países lusófonos uma tradição muito longa de ensino do português como língua estrangeira e esse facto atrasou consideravelmente o impacto da língua portuguesa junto das populações não lusófonas.

A Língua Portuguesa como um Presente do Passado para o Futuro

Ainda segundo o já referido Michel Perez, o Português é procedente do latim devido à romanização da Península Ibérica. Esta língua comum – Galaico-Português – é a forma assumida pelo Latim do ângulo noroeste da Península Ibérica.

Mais tarde, nos séculos XV e XVI, o Português expandiu-se através dos cinco continentes. Este conjunto humano é hoje caracterizado pela existência de oito países cuja língua oficial é o Português: os cinco países africanos, o Brasil, Portugal e mais recentemente Timor têm em comum o uso do mesmo idioma, o Português, quer seja este uma língua oficial, materna ou segunda. São os chamados países lusófonos. Portugal tem 10 milhões de habitantes e o Brasil 164 milhões sendo os dois os grandes países de língua oficial e materna portuguesa. Camões afirmou que Portugal deu novos mundos ao mundo. Não sei se concordo, mas é certo que a língua diplomática e comercial, tinha nos séculos XVI e XVII o estatuto de língua franca. Em África, a língua portuguesa tem uma vertente aglutinadora, pois as variadas etnias dentro de cada nação têm, assim, uma língua comum oficial e de comunicação.

A pergunta inicial tem a seguinte resposta: de facto, o Português Europeu e Mundial constituem na Tradução e particularmente na Interpretação um presente construído no passado, desenvolvido agora e com projecção no futuro.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

Carta das Nações Unidas, especialmente o Artigo 13.

Declaração Constitutiva da CPLP.

Declaração sobre os Direitos de Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas ou Linguísticas Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Resolução 47/135 de 18 de Dezembro de 1992 pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Portais na Internet (todas as consultas efectuadas em Fevereiro de 2007)

<http://www.desenvolvimentosustentavel.pt/InnerPage.aspx?idCat=574&idMasterCat=363&idLang=1&idContent=852&idLayout=3&site=desenvolvimentosustentavel>
<http://www.cplp.org/docs/documentacao/Declaracao%20A7%20A3o%20Constitutiva%20CPLP.pdf>
<http://www.fl.ul.pt/pessoais/ailp/noticias/destaque.htm>
<http://www.linguateca.pt/branco/reorganizacao.html>
<http://www.uem.mz/grp/orgs.htm#sadc>
<http://www.plataformaongd.pt/site2/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=58&tpl=section>
http://www.portugal.gov.pt/NR/rdoonlyres/E1526376-AA68-4575-AF78-ADFC22BCE171/0/PIENDS_6.pdf
http://www.ac-versailles.fr/pedagogi/langue-portugais/enseigner/ig/Os_desafios_da_lusofonia2.doc
http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_oit_lisboa_pt.htm
<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/protocolocplp.pdf>
<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/acordoparceiros.pdf>

Fontes Secundárias

- Cahen, Michel (1994) *“De Timor à Letícia, géopolitiques des mondes lusophones”*. In *Lusotopie*, Paris: L’Harmattan.
- Ginsburgh, Victor e Schlomo Weber (2005). *“Language Disenfranchisement in the European Union”*. In *Journal of Common Market Studies*. 43 - 2, 273-286.
- Jandt, Fred E. (ed) (2003 a) *Intercultural Communication: a Global Reader*. Londres: Sage Publications Inc.
- Jandt, Fred E. (2003 b.) *Intercultural Communication: Identities in a Global Community*. Londres: Sage Publications Inc.
- Moreira, Adriano. (2001). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Cooperação*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Nixon, Yumi e Peter Bull. (Agosto de 2006). *‘Cultural Communication Styles and Accuracy in Cross-Cultural perceptions: a British and Japanese Study’*. In *Journal of Intercultural Communication*, 12.
- Nombela, Ramón Garrido e Miguel Á. Navarrete. (2004) *‘Traducción institucional: el caso de la Comisión Europea’*. In Susana Cruces Colado e Ana Luna Alonso (eds.) *La traducción en el ámbito institucional: autonómico, estatal y europeo*. Vigo: Servizo de Publicacións, Universidade de Vigo.
- Pupavac, Vanessa. (Março de 2006). *‘Language Rights in Conflict and the Denial of Language as Communication’*. In *The International Journal of Human Rights*, 10-1, 61-78. Nova Iorque: Routledge.
- Reid, Tom R. (2005). *The United States of Europe – The Superpower Nobody Talks About – From the Euro to Eurovision*. Reino Unido: Penguin Books Press.
- Seleskovitch, Danica e Marianne Lederer. (2002). *Pédagogie Raisonnée de l’Interprétation*. França: Didier Érudition, Commission Européenne.
- Silva, Manuela e Heloísa Perista (1995) *As Portuguesas e a União Europeia – Prospectiva para a Acção*, Lisboa in *Cadernos Condição Feminina* nº 44, Presidência do Conselho de Ministros.
- Stevenson, Patrick. (2006). *‘National Languages in Transnational Contexts: Language, Migration and Citizenship in Europe’*. In Mar-Molinero, Clare and Patrick Stevenson (eds). *Language,*

Ideologies, Policies and Practices – Language and the Future of Europe. Hampshire e Nova Iorque: Palgrave MacMillan.

□ Vlaeminck, Sylvia. (2003). 'A European Strategy for Linguistic Diversity and Language Learning'. In Ahrens, Rüdiger (ed). *Europäische Sprachenpolitik - European Language Policy*. Heidelberg: Universitätsverlag Winter GmbH.

□ Williams, Kinga e Rose Aghdami. (Janeiro de 2005). 'Managing Migration: The Applied Psychology of International Transitions'. In *Journal of Intercultural Communication*, 8.

□ Wright, Sue. (2004 a). 'Language Rights, Democracy and the European Union'. In Freeland, Jane and Donna Patrick (eds). *Language Rights and Language Survival, Sociolinguistics and Sociocultural Perspectives*. Encounters Vol.4. Manchester, Reino Unido e Northampton, Ma, EUA: St. Jerome Publishing.

□ Wright, Sue. (2004 b). *Language Policy and Language Planning. From Nationalism to Globalisation*. Hampshire e Nova Iorque: Palgrave MacMillan.